

CIES e-Working Paper N.º 151/2013

# O Sistema de Partidos em Portugal

Jorge Mateus e Tiago Ramalho

**Jorge Mateus** é finalista da Licenciatura em Ciência Política e Relações Internacionais da Universidade da Beira Interior; membro fundador do Grupo de Estudos Políticos da Universidade da Beira Interior.

**Tiago Ramalho** é finalista da Licenciatura em Ciência Política e Relações Internacionais da Universidade da Beira Interior; membro fundador do Grupo de Estudos Políticos da Universidade da Beira Interior.

#### Resumo

A História do Republicanismo Português, sustentada por sistemas políticos de índoles diferentes, é indissociável de uma análise detalhada dos respetivos sistemas de partidos. Sendo a explicação da atualidade inseparável de consolidações precedentes historicamente, os retratos da 1.ª República e do Estado Novo são cruciais para um entendimento do presente, ou seja, 3.ª República, no tocante ao enquadramento partidário do subsistema social. A primeira parte do trabalho centra-se na sistematização de conceitos, para o entendimento da globalidade de um qualquer sistema social, sendo que privilegiamos uma abordagem de pendor sistémico ao invés de uma análise reducionista. Como tal, um dado sistema de partidos comporta-se de uma forma orgânica, por via da disposição de unidades, como por exemplo, os partidos políticos. O sistema de partidos, como reflexo da sociedade civil, incidirá na órbita estatal, em que toda a mecânica sistémica atua sob um efeito circular. Como tal, propomo-nos a desenvolver o estudo dos partidos políticos, no enquadramento da sociedade civil portuguesa, sem esquecer determinantes comparativas como os conteúdos programático-ideológico-estatutários e a sua história no espectro democrático, que paira desde o 25 de Abril de 1974.

**Palavras-chave:** sistema político português, sistema de partidos, partidos políticos, análise sistémica, sociedade civil, democracia.

#### Abstract

The History of Portuguese Republicanism, supported by political systems of different natures, is inseparable from a detailed analysis of the respective party systems. Once that the explanation is inseparable from today's historically unprecedented consolidations, the portrait of the 1<sup>st</sup> Republic and the New State are crucial to an understanding of this, in other words, the 3<sup>rd</sup> Republic, regarding the framework supporter of social subsystem. The first part of the work focuses on the systematization of concepts for understanding the entirety of any social system, and we favor an approach of systemic bias rather than a reductionist analysis. As such, a given party system behaves in an organic way, through provision of units such as political parties. The party system, reflecting civil society, will be on orbit state, where all the mechanics systemic operates under a circular effect. As such, we propose to develop the study of political parties in the framework of the Portuguese civil society, without forgetting comparative determinants such as content-ideological-programmatic statutory and its history in the democratic spectrum, which hangs from the April 25, 1974.

**Key words:** Portuguese political system, system parties, political parties, systemic analysis, civil society, democracy.

## Introdução

No enquadramento do sistema político português, optamos por tratar em concreto a composição do sistema de partidos em Portugal, principalmente desde a formação da 3.ª República e da implantação da Democracia no país.

Começamos por introduzir conceitos determinantes para a compreensão do funcionamento sistémico do sistema político português, partindo depois para uma análise mais particular dos elementos que compõem o sistema de partidos. Esta análise terá como ponto de partida, muito sucintamente, as primeiras tentativas de organização partidária, distinguindo *partidos de quadros* de *partidos de massas*, considerando a ação destes até ao fim da 1.ª República, tendo depois em conta a era do Estado Novo em que a Democracia é suspensa e o único órgão partidário oficial é a União Nacional, operando os demais na clandestinidade. A Revolução de Abril será o ponto de partida para uma análise mais profunda daquilo que será o desenvolvimento da atividade partidária em Portugal. Será dada especial atenção à questão programática e ideológica dos partidos que atualmente têm lugar na Assembleia da República e que são determinantes em termos de representação.

Ao longo do ensaio procuraremos evidenciar alguns dos principais problemas que os partidos enfrentam atualmente, bem como duas questões fundamentais, a saber: a organização e dinâmica internas e a inter-relação com os restantes partidos dentro do sistema político.

#### Sistema Político Português: funcionamento sistémico

Para uma abordagem clara e metódica do Sistema de Partidos em Portugal, não poderíamos deixar de apresentar uma visão macroscópica dos elementos fundamentais de qualquer enquadramento político. São esses elementos os alicerces de toda a arquitetura política, independentemente da sua fundamentação ideológica. Portanto, é imprescindível iniciar este trabalho com uma conceptualização genérica, ao nível das instituições, do direito constitucional, esclarecendo os conceitos de regime, de sistema e de partidos políticos.

Começamos por relevar o direito constitucional e o seu papel na orgânica política. Este ramo, indissociável das instituições políticas, constitui "a parte do Direito que regulamenta as instituições políticas do Estado" (Duverger, 1985: 2), como salienta Duverger. Nesta variante jurídica, vigoram os fundamentos da compreensão de toda a estruturação política, consoante o Estado analisado. Passando rapidamente para o campo das instituições, podemos conceber dois modelos institucionais: instituições de facto e instituições oficiais. Muito brevemente, estas assumem determinadas especificidades, constituindo os denominados subsistemas. Para consumar este aspeto, definimos instituições como "as organizações oficiais da sociedade" (*Idem*). Gianfranco Pasquino, especificando, apresenta-nos as instituições como "estruturas de representação, de governo, de administração da justiça e sua operacionalidade" (Pasquino, 2005: 17).

A terminologia revela-se geradora de ambiguidades, algo que é evidente nos conceitos de *Regime* e *Sistema*. Aqui, o confronto entre a escola francesa e anglo-

saxónica é manifesto. A distinção deve ser clarificada. Para António José Fernandes, "o termo sistema diz respeito ao conjunto dos elementos de um todo e à sua interacção permanente...", enquanto o conceito regime "diz respeito ao modo como esse todo se forma e funciona" (Fernandes, 2008: 143). Para um estudo sistemático do Sistema Político, temos obrigatoriamente de penetrar no conjunto do sistema social, focando-nos nos vetores políticos. Focar somente o Regime coloca-nos num campo restrito de análise. Maurice Duverger elucida-nos minuciosamente sobre as diferenças conceptuais, senão vejamos: "Chama-se regime político ao subsistema assim constituído pelo conjunto das instituições políticas dum sistema social" (Duverger, 1985: 12), ainda que convenha reter o campo dimensional onde se encontra cada termo aqui descrito. São exemplos de regimes políticos o regime presidencial, o regime parlamentar ou o regime semipresidencialista. Além disso, é importante destacar o papel preponderante de Aristóteles na especificação dos Regimes Políticos que, através do método indutivo, procedeu a análises fidedignas. António José Fernandes, partindo desta base analítica, procede a uma exposição de regimes puros e suas formas corrompidos (Cf. Fernandes, 2008: 144-145).

No que respeita ao binómio terminológico formado por Regime e Sistema, é de salutar a esquematização elaborada por Pasquino, da autoria de Easton. Este estabeleceu três componentes capitais de um qualquer sistema político: a autoridade, o regime e a comunidade política. Ora, o regime já foi acima explicitado, sendo que se atribui à Autoridade a capacidade de deter cargos institucionais de representação, de governo, administração da justiça e cargos políticos, ficando esta trilogia completa com a comunidade política, formada pelos cidadãos e todos aqueles que são expostos às decisões das autoridades e às modalidades de funcionamento do regime. Esta estruturação e decomposição das componentes do Sistema Político demonstra-nos a interdependência funcional e sistémica das várias partes abordadas (Cf. Pasquino, 2005: 13).

A análise que estamos a levar a cabo tem um fundamento lógico. Como tal, partindo de uma observação macroscópica do enquadramento político, vislumbramos vantagens e virtudes, apesar do caráter demasiado generalizado que por vezes pode tomar. A indissociabilidade com a análise minuciosa, ou seja, microscópica, representará uma obliquidade transversal no decorrer do trabalho, que nos permitirá correlacionar esta dupla forma analítica.

#### Confluência entre subsistemas

Sendo o Sistema Político um subsistema social, dentro do qual se complementam vários subsistemas, como, por exemplo, o Sistema de Partidos (que analisaremos em pormenor), não poderíamos deixar de apresentar, muito genericamente, a sua composição e estruturação no corpo político. Assim, resumiremos descritivamente o Sistema de Partidos, o Sistema Eleitoral e o Sistema de Governo.

São vários os tipos de sistemas de partidos vigentes nos respetivos sistemas políticos, consoante a ideologia dominante. Podemos definir o sistema de partidos "como um conjunto de relações determinado pelo número de partidos existentes num

dado sistema político, pela sua dimensão relativa e pelo tipo de relações que se estabelecem entre eles e o Estado" (Fernandes, 2008: 200). No concernente a este sistema, o grosso dos autores apenas analisa e classifica este por via da apropriação de um único critério: os partidos políticos. Arthur Holcombe e Maurice Duverger são exemplo de autores que se posicionam na tríade composta pelo monopartidarismo, bipartidarismo e multipartidarismo. Vários autores aperfeiçoaram esta classificação clássica partindo da base enunciada. Merecem destaque os nomes de Jean Blondel e Giovanni Sartori como contribuidores para a temática referida. Porém, é Manuel Proença de Carvalho quem nos sugere, num quadro mais aprofundado, o Sistema de Partido Único. Traduz-se num partido liderante em regime ditatorial, em que qualquer alternativa é reprimida pelo regime.

O puzzle do sistema político completa-se com outros subsistemas, do qual é exemplo o sistema eleitoral, indissociável do sistema de partidos. A composição refletida pelo sistema de partidos tem como causa as regras estabelecidas pelo sistema eleitoral. A disposição partidária é o reflexo do sistema eleitoral, como se apresenta em determinado sistema político analisado. Um sistema eleitoral, em última análise, pode ser apresentado "como o conjunto de regras, com a sua lógica e coerência internas, que vai determinar o modo de eleição dos titulares dos órgãos políticos" (*Idem*: 122). Existem dois grandes grupos de sistemas eleitorais, sendo eles o sistema eleitoral de representação maioritária e o sistema eleitoral de representação proporcional, <sup>1</sup> tendo este último sido adotado por Portugal, na República vigente. Ou seja, em Portugal vigora o método de Hondt, <sup>2</sup> que privilegia a representação proporcional. Em jeito de apresentação, convém salientar o modelo utilizado, para contrapor dificuldades existentes nos sistemas acima referidos: os sistemas eleitorais mistos e as duas formas de votação popular, como são o referendo e o plebiscito.

A nossa exposição dos subsistemas respeitantes ao sistema político finda com a exposição dos Sistemas de Governo. A interdependência dos sistemas aqui expostos é evidente, senão vejamos, "o sistema eleitoral produz, certamente, efeitos significativos sobre os partidos, o Parlamento e o Governo" (Pasquino, 2005: 40). Por aqui, verificamos a relevante conjugação de sistemas.

Analisando os sistemas de governo existentes, torna-se deveras importante afirmar que um mesmo tipo de regime político pode comportar diferentes sistemas de governo, "dado que a sede do Poder pode transitar de um órgão do aparelho do Estado para outro" (Fernandes, 2008: 150). O autor antes citado sugere-nos quatro sistemas: Sistema Parlamentar, Sistema Presidencialista, Sistema de Convenção ou de Assembleia e Sistema Misto Semipresidencialista. O panorama por nós estudado, ou seja, o português, é diferenciadamente designado consoante a perspetiva adotada pelo autor. Por exemplo, Pasquino apresenta-o como um sistema semipresidencialista, enquanto António José Fernandes o descreve como semiparlamentar.

estabilidade.

<sup>&</sup>lt;sup>1</sup> Destacamos o facto de ser caraterística própria de um sistema maioritário a busca de maior estabilidade política e governativa (e.g., o caso britânico), sendo que o sistema proporcional permite maior justiça em termos de representação dos partidos políticos (e.g., o caso português), o que se traduz em menor

<sup>&</sup>lt;sup>2</sup> Todavia, são exemplos de outros métodos os seguintes: Saint-Lague, Hare, Hamilton, Jefferson, Adams, Webster ou Hill Huntington.

#### Partidos políticos: estruturas dinâmicas

A primeira metade do trabalho termina com a apresentação dos partidos políticos como elementos-chave no xadrez político. Estas estruturas tornam-se imprescindíveis no quadro do sistema político e essencialmente no sistema de partidos, que terá um enfoque preponderante da nossa parte. A temática respeitante aos partidos políticos levar-nos-ia numa imensa odisseia, sendo como tal necessário referi-los sucintamente em todo o seu espectro sistémico.

A primeira questão que nos salta à vista é elementar. Afinal, o que é um partido político? Podemos apresentar um partido político como uma estrutura que tem por base ideológica o alcance do poder. Ele é um "actor unitário, que compreende um conjunto bem definido de objectivos políticos e de preferências ao nível das políticas públicas" (Cotta, 2008: 19). Vejamos o caráter maximalista com que Jean Charlot nos elucida acerca dos partidos políticos: "O partido político é algo de omnipresente: nos regimes autoritários como nos regimes liberais, nos países em vias de desenvolvimento, como nos países industrializados. É difícil citar um Estado onde não haja ao menos um partido político" (Charlot, 1974: 9).

Remetendo-nos para a proveniência dos partidos políticos, várias são as perspetivas no que reporta ao contexto histórico e socioeconómico do surgimento dos mesmos. Autores como Duverger manifestam-se por uma posição mais recente, historicamente falando, em que o surgimento destes data do século XIX, com a exceção dos EUA. Por outro lado, indo mais atrás na história, um outro leque de autores defende a existência de partidos políticos desde o século XVII, em que Tories e Wighs haviam aberto as hostes (Fernandes, 2008: 189). Os partidários desta conceção focam-se nas três grandes revoluções de cariz liberal, como são a Revolução Gloriosa, Revolução Americana e Revolução Francesa. Para estes, o surgimento dos partidos políticos, numa base desfasada dos nossos tempos, é claro, remonta a estes períodos históricos. Ambas as posições apontam argumentos válidos, embora consoante a nossa visão dos factos. Contudo, convém recordar a existência de forças partidárias na então democracia grega, no período da Antiguidade Clássica, que, embora nos estejamos a situar num período muito recuado na história e nas linhas de conceção política, não deixa de apresentar traços relevantes para esta contextualização.

Quanto à classificação dos partidos, deparamo-nos com variadíssimas posições. Salientamos três grandes divisões: Partidos de Quadros, Partidos de Massas e Partidos de Integração Social. Estes, por sua vez, ostentam várias subdivisões. Dentro dos Partidos de Quadros podemos situar Conservadores e Liberais; os Partidos de Massas englobam Socialistas Especializados e Totalitários (*Idem*: 196), que se subdividem em Comunistas e Fascistas; por sua vez, nos Partidos de Integração Social enquadramos Católicos, Trabalhistas e Sociais-Democratas.

Militantes, aderentes, simpatizantes e eleitores perfazem o espectro de determinada força partidária, pela ordem de relevância respetivamente anunciada (Cf. Fernandes, 2008: 197).

Findada esta visão dos partidos políticos, podemos afirmar, em última análise, que "os partidos políticos são organizações que lutam pela aquisição, manutenção e exercício do Poder" (*Idem*: 187).

# Sistema de Partidos: considerações genéricas

Para caraterizar o sistema de partidos políticos portugueses é necessário avaliar as transformações ocorridas nos principais partidos durante a era democrática, ou seja, no período pós-revolucionário que funda a 3.ª República. Para isso não podemos negligenciar a dinâmica interna do funcionamento dos partidos, que é um ponto-chave para a compreensão de uma segunda dinâmica, de cariz externo, que é a da inter-relação partidária. A primeira será entendida como a resistência à mudança, que é própria de uma tendência muito específica de conservação da estrutura partidária; a segunda prende-se com a relação dos partidos dentro do sistema político, por um lado como garante da representação popular e, por outro, enquanto agentes de adaptação às novas condições da realidade. Isto exige uma análise sistémica, já que as alterações no sistema social são determinantes na estruturação e organização dos partidos. É esta dupla base de ação que constitui o eixo mais importante do "jogo partidário", uma vez que consideramos os partidos enquanto "organizações que lutam pela aquisição, manutenção e exercício do poder" (Moreira, 2009: 189), de resto, no seguimento daquilo que vimos acima.

A história portuguesa, no que concerne à ação dos partidos políticos, levar-nosia até ao século XIX, altura em que a estrutura partidária diferia muito daquela que atualmente vigora no nosso sistema político. De facto, os partidos de quadros, elitistas e compostos pelos notáveis locais, eram exemplo de uma realidade fechada e distante, em que prevalecia ainda a limitação censitária do eleitorado, por exemplo. É ainda visível a influência que os partidos de quadros legaram nos partidos da ala direita do nosso espectro partidário atual, essencialmente no que toca ao número de intervenientes nas decisões e no que respeita à questão da flexibilidade da máquina partidária. Por outro lado, há que considerar os partidos de massas, de vocação societária e de integração social, emergentes das condições próprias da época em que surgem, na segunda metade do século XIX, sendo portadores de um conteúdo específico que aposta na inclusão política de novos agentes sociais. Esta inclusão opera sobretudo ao nível das classes, daqueles que não tinham voz nem condição digna de humanidade.<sup>3</sup> Estes partidos de inclusão são fortemente influenciados pelo pensamento socialista da época, advogando a representação de classe em detrimento de um interesse nacional que lhe fosse superior, deixando de lado uma representação que pudesse alcançar a sociedade civil, grosso modo.

Os socialistas portugueses integrados no Partido Socialista, no Partido dos Operários Socialistas de Portugal e no Partido Socialista Português constituem bons exemplos de partidos de massas com origem extraparlamentar, até que desapareceram

\_

<sup>&</sup>lt;sup>3</sup> Estes partidos foram responsáveis por duas dinâmicas que operaram na sociedade com o seu aparecimento, por um lado, a proletarização do voto, e por outro, a consolidação do processo democrático que lhe estava associado.

com o derrube da 1.ª República e com a emergência do Estado Novo. Poderíamos também considerar nesta tipologia de partidos o Centro Católico Português (CCP); todavia, devido a especificidades próprias, como a falta de institucionalização, a deriva ao sabor dos eventos e mudanças políticas, assim como a estrutura organizativa próxima do elitismo ligado à Igreja, não permitiram aos católicos e democratas-cristãos a verdadeira integração nos partidos de massas. Além disso, a fraca organização das estruturas concelhias, a forte ligação à religião católica e a inscrição mediante pagamento impediram o CCP de beneficiar de uma larga base de apoio. Importa salientar que um número significativo de personalidades do regime ditatorial posterior participou no CCP, refletindo-se a influência deste na própria orientação que a ditadura seguiu.

Por sua vez, o Estado Novo sufocou a atividade partidária e Salazar cria a União Nacional. Era uma organização que pretendia colmatar as divisões que os partidos criavam no seio da sociedade, e, portanto, com o fito de unir toda sociedade. Foi construída numa lógica descendente, do topo para a base, não se apoiando no movimento das massas, sendo o seu papel muito pouco determinante na prática política do Estado Novo, simbolizando apenas o caráter nacionalista, antidemocrático e antipluralista do regime.

Por fim, os eventos que decorrem em abril de 1974 põem fim a uma ditadura demasiado longa, permitindo às estruturas partidárias sair da clandestinidade, como sucedeu com o Partido Comunista Português (PCP), e permitindo ao recém-criado Partido Socialista (PS) estabelecer-se em Portugal. Ora, o facto é que "nas semanas subsequentes ao 25 de Abril surgem em rápida catadupa cerca de 60 organizações políticas, que se autodenominam partidos, movimentos, núcleos ou centros" (Telo, 2007: 51). A liberdade que a 3.ª República trouxe veio, porém, acompanhada de uma instabilidade, que servirá de solo para as ações dos partidos políticos entre 1974 e 1985, ou seja, a fase de estruturação da própria República e em que a consolidação democrática estava ainda periclitante.

De 1976 em diante, o sistema de partidos carateriza-se por ser "multipartidário polarizado em torno de quatro partidos políticos eleitoralmente relevantes (PS, PPD/PSD, PCP e CDS/PP), a que em 2005 se vai juntar um quinto, o BE, com destaque para a bipolarização entre o PS (centro-esquerda) e o PSD (centro-direita), os partidos alternativos de poder" (Carvalho, 2012: 374-375).

Porém, as condições do sistema social influenciam a dinâmica partidária, e desde 1974 ocorreram mudanças relevantes que nos permitem compreender o sistema de partidos e a sua mecânica, atualmente. Para isso é necessário destacar a constituição partidária e mencionar os partidos mais relevantes em termos de representatividade. Não podemos considerar todos os partidos que surgiram após a Revolução de Abril, portanto colocamos o enfoque naqueles que atualmente constituem o espectro partidário português: o PCP, o PS, o Partido Popular Democrata/Partido Social Democrata (PPD/PSD), Centro Democrático Social/Partido Popular (CDS/PP) e o Bloco de Esquerda (BE). Antes de mais é também importante referir o facto de que em países onde ocorreu uma experiência autoritária por um longo período de tempo, acompanhada por uma descontinuidade do regime político, é possível verificar um desligamento dos

partidos com as famílias espirituais "clássicas" (Cf. Lisi, 2011: 14). Este é um problema que tem lugar igualmente em Portugal, sendo que surge uma dificuldade crescente em classificar e enquadrar os partidos atuais numa tipologia ideal de partidos. Isto deve-se, claro, à dinâmica a que as sociedades humanas obedecem, bem como à necessidade de os próprios partidos redefinirem as suas estratégias e prioridades no seio das sociedades contemporâneas. Contudo, apesar de parecer perder a importância que antes possuía, a ideologia continua a marcar claramente a distinção entre o eixo esquerda-direita, que ainda define o espectro partidário nacional e que se afigura estável e durável no tempo.

Em Portugal, atualmente, os partidos enfrentam vários desafios a nível sistémico. O primeiro respeita à questão ideológica, resultado da própria cultura política da sociedade portuguesa. O segundo prende-se com a competição partidária e com o jogo eleitoral, propriamente dito, nomeadamente ao nível programático, tentando conquistar o eleitorado através do conjunto de medidas apresentado. O problema que se levanta é o da cartelização das forças políticas, especialmente dos partidos que têm acesso constante ao poder e que partilham entre si os recursos do Estado; ou seja, os partidos do centro-esquerda e centro-direita, PS e PSD, mais concretamente. É evidente o conforto destes atores políticos que "procuram de forma crescente neutralizar os temas mais fracturantes e maximizar a utilização dos recursos do Estado" (*Idem*: 37).

Posto isto, é importante caraterizar mais especificamente cada um dos partidos que compõem o sistema "pentapartido" português, colocando o enfoque nos cinco maiores partidos portugueses e analisando-os respeitando a ordem cronológica do seu surgimento em Portugal.

## PCP (Esquerda);

"O único partido organizado em 1974, com uma estrutura, um programa e um núcleo significativo de quadros e simpatizantes activos na clandestinidade, era o PCP" (Telo, 2007: 54). É importante considerar este aspeto, uma vez que o PCP era o partido mais antigo em Portugal à altura da Revolução, e como tal demonstrava uma capacidade mobilizadora impressionante. Fortalecido por uma forte matriz ideológica, que o demarcava dos restantes partidos portugueses, o PCP baseia-se em argumentos ideológicos e historicistas, apoiados na ortodoxia da ideologia comunista, crítica do eurocomunismo e fiel ao modelo moscovita anterior às reformas de Gorbatchev, sendo Álvaro Cunhal um dos grandes críticos da Perestroika. O PCP, logo após a Revolução, esteve profundamente ligado aos processos de nacionalizações e de defesa da Reforma Agrária. Todavia, depois das dificuldades vividas até 1976, o PCP teve de adaptar o seu programa a uma nova realidade, desde logo definindo como eixo central não "a revolução democrática e nacional mas simplesmente lutar por uma democracia avançada" (Lisi, 2011: 52). Mantinha-se, claro, a luta anticapitalista e antimonopolista, visando a nacionalização de setores estratégicos como a energia, banca, indústria, etc., aumentando o poder do Estado. O PCP e o PS, desde cedo, mantiveram grande proximidade ideológica, contudo, o gradual afastamento do PS rompeu com essa proximidade e muitos eleitores socialistas, descontentes com a moderação centrista do seu partido, aproximaram-se do PCP.<sup>4</sup> Ademais, em 1999, é o BE que vem a constituir uma alternativa para uma ala do PCP mais preocupada com as questões pósmaterialistas. No entanto, é o Partido Comunista que se proclama o baluarte dos valores da esquerda, agindo como a vanguarda dos trabalhadores e da classe operária, como fica explícito no ponto 2 do Artigo 1.º dos Estatutos do PCP.

## CDS/PP (Centro, Centro-Direita)

O CDS/PP tem uma história peculiar desde a sua criação, logo em 1974, devido à ação de Diogo Freitas do Amaral e Adelino Amaro da Costa, entre outros, resultando dessa peculiaridade uma clara ambiguidade ideológica patente nos primeiros anos da sua ação enquanto estrutura partidária. As iniciativas para a criação deste partido partiram sobretudo da área spinolista, como tentativa de colocar no I Governo Provisório personalidades ligadas à área conservadora. De facto, o CDS/PP seria o partido mais à direita cuja atuação o MFA admitiria em Portugal (Cf. Lisi, 2011: 70). Na sua primeira fase, entre 1974 e 1991, o CDS/PP distingue-se pelo destaque que dá à moral cristã que concilia com a rejeição total de soluções políticas socialistas ou estatizantes, colocando-o no campo dos partidos conservadores. "As primeiras orientações expressas pelo programa do partido em 1976 e 1979 defendiam políticas liberais no sector económico, apesar de apoiar a intervenção do Estado em algumas áreas sociais" (Idem: 51). Todavia, o programa partidário do CDS/PP conheceu alterações significativas, mais radicalizadas em posições conservadoras remetentes para os valores ligados à família e à sociedade, em parte devido à liderança de Adriano Moreira, sendo que, depois, em lideranças futuras, se assiste a um aprofundamento destas particularidades, surgindo também a questão do nacionalismo e da tradição rural, ligados à questão da segurança e da imigração. Estes são os eixos centrais da doutrina ideológica do CDS/PP e que têm representado bem aquilo que o partido pretende alcançar junto do eleitorado.

#### PS (Esquerda, Centro-Esquerda)

O PS, à data da Revolução, era uma força pouco expressiva. Mário Soares, o seu fundador e maior impulsionador, considera que o partido é composto por militantes de três raízes ideológicas distintas: antigos socialistas, ex-comunistas e católicos, estes imbuídos de preocupações sociais (Telo, 2007: 62). Inicialmente, a grande massa aderente ao Partido Socialista provém, *grosso modo*, da classe média e média-baixa urbana. Face à força do PCP, era difícil ao PS chegar ao setor sindical, por exemplo, ou ao movimento laboral, onde os comunistas tinham influência após a Revolução.

Ao nível programático e ideológico, o PS não tinha um discurso coerente e uniforme, contudo queria ressalvar a sua posição de defesa do socialismo democrático. A evolução do PS foi gradual e em direção ao centro do espectro partidário, se bem que

<sup>&</sup>lt;sup>4</sup> O contrário também ocorreu, apesar de a fragmentação interna no PCP ter sido muito limitada e qualquer atividade fracionária ser proibida. Contudo, são evidentes as divergências internas mais tarde, após a derrota eleitoral de 1987.

as suas posições iniciais, eram, por vezes "mais radicais que as do PCP" (*Idem*: 63). O PS abandonou um legado marcadamente marxista, patente em muitos discursos e documentos do partido, onde era defendida a abolição da sociedade de classes e a coletivização dos meios de produção. Com a formação do primeiro Governo Constitucional, em 1976, e com a crise económica, o PS viu-se obrigado a moderar o seu programa, por via da cooperação com o FMI e com a CEE. Progressivamente, os programas do PS apresentaram maior afastamento dos objetivos antes defendidos, recusando medidas coletivistas e apoiando uma intervenção estatal reduzida, "limitada à protecção dos direitos individuais" (Lisi, 2011: 47). Do VI Congresso do PS resultou um programa aberto à Democracia pluralista, enquanto o Estado assumia um papel secundário face ao mercado e era reconhecida a importância da participação portuguesa na NATO e na CEE.

O caminho do PS rumo ao centro foi constante, impulsionado também pelo forte apoio que obteve junto de uma população que demonstrou, ao longo dos anos, uma clara tendência de moderação na escolha dos representantes, à medida que desapareciam dos programas do PS as referências ao marxismo. Nas primeiras eleições livres e democráticas, o PS obteve 34,9% dos votos, elegendo 107 deputados para a Assembleia da República, <sup>5</sup> reflexo das posições socialistas durante o gonçalvismo.

O PS apresenta então novos eixos de orientação programática, sobretudo a partir de 1995, com o governo de Guterres, incidindo na questão do emprego, na reforma do Serviço Nacional de Saúde, na equidade fiscal e outras políticas pragmáticas respeitantes à área social, incrementadas mais tarde no mandato de José Sócrates enquanto primeiro-ministro. O Partido Socialista consagra-se um partido de centro, perdendo grande parte do apoio à esquerda e fundamentando o seu discurso em torno do papel do Estado na economia e nas políticas sociais.

#### PPD/PSD (Direita, Centro-Direita)

O Partido Popular Democrático surge imediatamente depois da Revolução, em maio de 1974, pela necessidade que Spínola advogava de se criarem partidos à direita do PS, onde existia um vazio organizativo e uma direita pulverizada e incipiente, que levaria tempo a organizar-se, contudo, sempre próxima do centro. Para a criação do PPD foi igualmente determinante a ação de Sá Carneiro, que compreendeu a necessidade do momento, porque a hesitação que vinha de dentro do movimento que fundaria o partido deixava lugar aos partidos e organizações de esquerda para tomarem assento no Governo Provisório. A sua composição faz-se sobretudo com militantes de origem católico-progressista, social-liberal, da qual faziam parte Francisco Sá Carneiro, Francisco Pinto Balsemão e Magalhães Mota, os fundadores do partido, e também de origem social-democrata, não deixando de lado um vasto número de ex-militantes da CDE (Comissão Democrática Eleitoral). O PPD/PSD será o único partido representado no primeiro Governo Provisório que não se reclama de esquerda, ainda que a sua ideologia não esteja bem definida, estando entre a social-democracia e até o socialismo

<sup>&</sup>lt;sup>5</sup> http://eleicoes.cne.pt/raster/index.cfm?dia=25&mes=04&ano=1976&eleicao=ar (acedido a 02/04/2012).

(Telo, 2007: 66). O partido, inicialmente, tinha como grande objetivo demarcar-se do PS, ao mesmo tempo que reconhecia os valores do pós-25 de Abril. O programa do PPD/PSD é nesses primeiros tempos facilmente identificado pelos valores de uma social-democracia genuína, mas também pelo esforço de diminuir o peso da intervenção do Estado na economia, posição defendida pela ala liberal do partido, e de colocar a ênfase na iniciativa privada e criatividade individual. Entre Sá Carneiro, mais liberal dentro do PPD, e Sá Borges, social-democrata tantas vezes visto como acérrimo socialista próximo das posições ideológicas do PCP, surge a disputa pela definição da linha de orientação ideológica do partido. Não espanta o facto de Sá Borges ter vencido essa disputa, sobretudo quando temos em conta o ambiente político nacional, em que o discurso da direita não é aplaudido por largas faixas da sociedade, pelo que foi necessário adotar uma posição de esquerda no tocante ao discurso, que motivará a extrema-esquerda na atribuição de epítetos ao PPD como assumindo uma posição "social fascista", de resto, o lema do I Congresso do PPD, realizado em novembro de 1974, era precisamente "Uma Solução Socialista". É de salientar, ainda assim, o resultado das eleições para a Assembleia Constituinte, em abril de 1975, em que o PPD é o segundo partido mais votado, com 26,39% dos votos, elegendo 80 deputados.

Com o gonçalvismo rumo ao seu fim e a formação do VI Governo Provisório chega também uma tomada de posição forte por parte de Sá Carneiro dentro do partido e quanto às suas exigências relativamente à participação do PCP no Governo Provisório, dominado pelo PS e pelo Grupo dos 9, de Melo Antunes. Até novembro de 1975, o PPD e o PS conseguem mobilizar grandes multidões em Lisboa e no Porto de apoio ao VI Governo Provisório.

O toque de finados do PREC soou em 25 de novembro de 1975, a partir daqui a revolução ficou entregue aos partidos de centro, cujo peso na elaboração da Constituição é significativo, bem como na revisão do pacto MFA/partidos e no novo jogo de equilíbrio de poder que surgia. Na primeira eleição para a Assembleia da República, o PPD volta a surgir como o segundo partido mais votado, com 24,3% dos votos, elegendo 73 deputados. Quanto à eleição para a Presidência da República de 1976, Sá Carneiro deu o apoio do partido a Ramalho Eanes, que conseguiu 62,6% dos votos. Todavia, a instabilidade esteve sempre presente, principalmente pela força que a esquerda tinha, ainda que a direita se apresentasse bastante mais organizada e coesa em torno de objetivos específicos comuns. Isso será bem patente na formação da Aliança Democrática (AD), logo após a queda do IV Governo Constitucional liderado por Mota Pinto, numa tentativa de dar vida a um governo de salvação nacional. Em dezembro de 1979, a AD obterá 42,5% dos votos para a Assembleia da República, a que se segue um resultado favorável nas autárquicas, reforçando a AD e a posição de Sá Carneiro. O mesmo sucede nas eleições legislativas de 1980, em que a vitória da AD também já reflete o sucesso das políticas financeiras de Cavaco Silva e o momento particularmente difícil que Mário Soares e o PS enfrentam. Apesar de tudo, o acidente de Camarate teria um largo impacto no desempenho da AD, que rapidamente fica sem um líder carismático, sucedendo-lhe Pinto Balsemão, figura que se aproximará do PS e motivará críticas por parte do CDS e no interior do PPD.

Um complexo conjunto de eventos veio ditar o fim da AD, nomeadamente as votações nas eleições autárquicas 1982, que enfraqueceram o PPD, bem como a condução das políticas no plano europeu, que não era a mais dinâmica, e com as finanças portuguesas desequilibradas, a que se juntam as cedências do PPD ao PS no plano da revisão constitucional. Pinto Balsemão e Freitas do Amaral acabarão por se demitir dos cargos. Em 1983, o PPD/PSD perderá terreno face ao PS, elegendo apenas 75 deputados para a AR.

Apesar de tudo, Mário Soares, com apurado sentido político, procura junto de Mota Pinto formar um governo de Bloco Central, trazendo o PSD para tomar responsabilidade num governo que se adivinhava difícil pelas condições que Portugal enfrentava, sobretudo na conjuntura financeira. A eleição de Cavaco Silva para a liderança do partido, em 1985, anuncia o fim do Bloco Central, e ao contrário do que se poderia esperar o PS foi o grande responsabilizado pela política do Bloco Central, basta analisar os resultados da quinta eleição para a AR, em outubro de 1985, em que o PPD/PSD obtém 29,9% dos votos e o PS obtém 20,8%. A moção de censura apresentada pelo PRD, em 1987, põe fim ao governo minoritário de Cavaco Silva, a que se segue uma vitória estrondosa do PPD/PSD, que alcança maioria absoluta, o que sucede novamente em 1991.

Nos últimos anos, os programas do PS e do PSD têm apresentado eixos muito semelhantes, colocando ao PSD a necessidade de redefinir o seu programa para fortalecer o caráter ideológico do partido. Esta tarefa tem sido algo dificultado pela mudança constante de líderes, refletindo-se nas linhas políticas a seguir, uma vez que, por exemplo, Marques Mendes deu especial atenção às "políticas sociais e à matriz social-democrata", já Passos Coelho, enquanto líder, coloca a tónica num "regresso à inspiração liberal do partido" (Lisi, 2011: 50), entrando aqui a questão das privatizações de setores estratégicos do Estado ou da renovação do programa do partido.

#### BE (Esquerda)

A fundação do Bloco de Esquerda enquanto partido político data de 1999, tornando-se indispensável remontar a esse período precedente e procedente da Revolução dos Cravos de 1974. Como tal, o Bloco de Esquerda provém da fusão de três organizações políticas: União Democrática Popular (UDP), Partido Socialista Revolucionário (PSR) e Política XXI.<sup>6</sup> No que respeita à UDP, podemos descrevê-la, nos seus primórdios, como uma força que havia sido constituída por maoistas, marxistas de base e outras correntes neomarxistas. Com o seu ilustre militante, Mário Tomé, vieram a alcançar a representação parlamentar. Relativamente ao PSR, apresentamo-lo como trotskista, oriundo da IV Internacional, que nunca obteve um lugar de destaque no quadro político português. Por fim, a Política XXI surgiu como um movimento integrador de dissidentes do PCP e organizações do seu raio de influência.

Aquando da sua constituição, o BE apresentava-se com uma força anticapitalista, democrática e de esquerda marxista, embora seja constantemente

\_

<sup>&</sup>lt;sup>6</sup> Cf. http://lusotopia.no.sapo.pt/indexPTPartidos.html (acedido a 03/04/2012).

acusado de não possuir uma linha ideológica definida. O início desta força política ficou patenteado pela ligação com a sociedade civil, manifestando-se por variadíssimas causas, designadas vulgarmente como fraturantes. Segundo Daniel Oliveira, um dos fundadores, "o papel do Bloco é ocupar um espaço amplo na esquerda, que não se revê nem na ortodoxia do PCP, nem na moleza do PS, mas que quer um Bloco disponível para soluções de poder". O progresso do BE evidenciado nos atos eleitorais é notório se considerarmos as primeiras legislativas em que participaram e ganharam dois mandatos parlamentares, em 1999, até às legislativas de 2009, onde alcançariam 16 mandatos. No que concerne à política local, o BE encontra-se, claramente, numa situação débil perante as outras forças parlamentares.

A constituição *sui generis* do Bloco assenta na ideia de conjugação das forças políticas de esquerda perante os desafios do século XXI. A inovação e modernidade integravam o espectro ideológico do BE, um partido preocupado sobretudo com as questões pós-materialistas.

#### **PRD**

O contexto em que surge o Partido Renovador Democrático (PRD) é peculiar e explica bem a necessidade patente em certos setores, sobretudo no centro do espectro político, de criar um novo partido com vista a tornar-se uma força política considerável. Não era apenas a adesão à CEE que trazia uma maré de mudança para a política nacional. Os dois partidos do centro estavam divididos e fragilizados pela política de austeridade após um ano e meio de governo. Entre 1983 e 1985, Mota Pinto demitiu-se do PSD, Sá Carneiro morreu no trágico acidente de Camarate, e Mário Soares preparava a candidatura a Belém, deixando o PS profundamente dividido. O próprio Ramalho Eanes, preparando-se para deixar a Presidência da República, incentivou a criação do PRD, logo em fevereiro de 1985, liderado por Hermínio Martinho, e com o claro intuito de renovar a jovem democracia portuguesa e ganhar terreno onde os partidos de centro o perdiam. Logo em outubro de 1985, na quinta eleição para a Assembleia da República, o PRD alcança 17,9% dos votos, elegendo 45 deputados e aproximando-se dos escassos 20,8% de votos do PS. Em termos parlamentares, o PRD tornou-se o terceiro partido e uma força política decisiva para garantir a manutenção no poder do governo minoritário de Cavaco Silva.

Neste ponto, não podemos deixar de considerar a importância fulcral que a eleição presidencial de 1986 desempenha como fator de charneira na alteração do sistema político e económico português, evento em que o PRD desempenha um papel determinante, sem esquecer que foi a primeira eleição em que todos os candidatos eram provenientes da sociedade civil. Freitas do Amaral era o candidato da direita, apoiado por largas franjas do PSD e do CDS, contrastando com uma esquerda desunida e com diferentes visões ideológicas quanto ao projeto político a adotar, tendo em conta a entrada de Portugal na CEE e as implicações daí resultantes. Esta divisão era notória

\_

http://educar.wordpress.com/2011/06/10/a-historia-do-bloco-de-esquerda-contada-por-um-dos-seus/ (acedido a 03/04/2012).

sobretudo pelo apoio que o PRD e o PCP deram a Salgado Zenha, cujas divergências com Mário Soares eram imensas quanto à questão do posicionamento do PS em relação aos partidos da direita. Com esta candidatura, o PRD garantia assim que o sistema político se aproximava do presidencialismo e vislumbrava-se no horizonte uma eventual alteração mais profunda da Constituição (Telo, 2007: 11). Não obstante os resultados do PS durante os últimos anos, que não eram particularmente satisfatórios, Mário Soares goza de um certo carisma na sociedade portuguesa, que se reflete na sua campanha, da mesma forma que nela se refletem a relativa inexperiência política do PRD e a falta de alternativa que a esquerda em torno do PCP apresentava, inviabilizando a candidatura de Salgado Zenha junto da população. À segunda volta passaram Freitas do Amaral e Mário Soares, com 46,31% e 25,43% dos votos, respetivamente. Salgado Zenha obteve 20,88%, enquanto Maria de Lurdes Pintasilgo conseguiu 7,38% dos votos. A desunião da esquerda deu assim lugar à imperiosa necessidade de eleger Mário Soares, que com um tato político brilhante soube conquistar os votos do centro, a que Freitas do Amaral não chegava, bem como os votos da esquerda tradicional. Na segunda volta, Mário Soares obtém 51,18% dos votos, contra os 48,82% de Freitas do Amaral; era este o sinal claro de que o PRD tinha comprometido o seu futuro político, prevalecendo o semipresidencialismo com dois grandes partidos de centro.

Após os resultados das autárquicas de 1985, em que o PRD demonstrou várias fragilidades e incipiência a nível organizativo, a que se acrescenta o resultado frustrado das presidenciais, o partido corre a passos largos para o seu fim. Apesar de tudo, a sua subida como partido deveu-se mais à conjuntura do sistema político português do que ao papel do PRD propriamente dito, ao nível da formulação concreta de alternativas de governação. O poder formara o partido, agora faltavam-lhe os quadros e o acesso ao poder, que já não tinha desde que Ramalho Eanes deixara a Presidência da República, e que se agravara com a eleição de Mário Soares, e não de Salgado Zenha para Belém. A incapacidade política dos dirigentes do PRD deixou o partido isolado, não se coligando com o PSD para assim aceder ao poder e resistir ao PS; inversamente, o PRD ficou estático, sem um discurso coerente e ideológico, desejando apenas uma renovação que já não passava de uma miragem.

Em março de 1987, o PRD apresenta uma moção de censura ao governo minoritário do PSD liderado por Cavaco Silva, naquele que é tido como um dos erros históricos do PRD. Primeiro, porque o PRD não deveria ter apresentado esta moção nesta altura, apesar de ela já estar prevista e pretender beneficiar o partido e uma eventual coligação com o PS; segundo, porque o PSD aproveitou essa moção para deixar cair o governo e sair reforçado, numa altura em que o PS enfrentava um dilema grave quanto a uma eleição futura. Após Mário Soares dissolver a Assembleia da República e convocar eleições, Cavaco Silva já está a preparar a sua campanha, intensamente virada para a estratégia de crescimento em conformidade com a Europa, num momento em que a direita, mais uma vez, se encontra unida e pronta para governar, se necessário em coligação, mas o facto é que a esquerda não conseguiu

<sup>8</sup> É digna de nota a candidatura de Maria de Lurdes Pintasilgo, claramente apoiada pelos socialistas com o intuito de dividir mais ainda uma esquerda tão pulverizada; todavia, ação necessária para garantir a Mário Soares os votos conquistados a Salgado Zenha numa segunda volta disputada com Freitas do Amaral.

transmitir a credibilidade que Cavaco Silva detinha, nem garantir a estabilidade e o arranque económico por este prometido. É neste clima que decorre a sexta eleição para a Assembleia da República, em que o PRD elege sete deputados, contando com 4,91% dos votos, o que o torna a quarta força política, mas já sem a força que tinha anteriormente. O PPD/PSD tem um resultado esmagador: 50,22% dos votos, muito além dos 43% necessários para obter maioria absoluta, consagrando-se o PS como o verdadeiro e maior partido da oposição, já não estando lado a lado com o PRD.

Nas eleições de 1989 para o Parlamento Europeu, o PRD ainda faria um acordo com o PS, assim elegendo um deputado na lista socialista com o estatuto de independente, mas nessa mesma altura Hermínio Martinho e muitos fundadores do partido afastam-se.

Numa tentativa de refundar o projeto, um grupo de militantes que haviam constituído a Renovação 2000, liderados por Pedro Canavarro, Carlos Costa Santos e Jorge Larsen, assume a liderança do partido. No entanto, nas eleições de 1991, o PRD perdeu a representação parlamentar. Até à sua extinção, foi dirigido por Manuel Vargas Loureiro. O PRD desapareceu após ter sido adquirido por elementos do extinto Movimento de Acção Nacional (MAN), que o transformaram no PNR, organização política de extrema-direita.

#### **PPM**

O Partido Popular Monárquico (PPM) foi fundado pouco tempo depois do 25 de Abril de 1974, integrando os monárquicos mais ativos "ligados à oposição democrática e críticos da Causa Monárquica" (Telo, 2007: 69). É um movimento cuja expressão provém já desde a implantação da República, estando sempre ligado ao Integralismo Lusitano, movimento integrado nos primeiros momentos da ditadura salazarista, e à Causa Monárquica, cujos membros eram também, em grande parte, membros da União Nacional. Todavia, aos primeiros, Salazar impediu sempre qualquer tentativa de alcance de poder, e os segundos sempre tiveram as suas pretensões frustradas pelo bloqueio que o Estado Novo impunha à sua expressão política. Os integralistas, pela sua linha de renovação monárquica, defendiam também uma renovação da sociedade que não dispensava o ruralismo e o poder descentralizado, pelo que se tornam marcos fulcrais na constituição política do PPM a defesa do ambiente e a defesa da descentralização e consequente esvaziamento do poder que o aparelho estatal detém, não deixando de lado a "defesa de uma democracia avançada" (*Idem*: 69).

Apesar de ser difícil classificar o PPM num horizonte bidimensional esquerdadireita, no final dos anos 1950 surgiram mudanças nas linhas de rumo dos monárquicos com um grupo de independentes a defender da liberdade das instituições democráticas. Em 1958, setores do futuro PPM apoiaram a candidatura à Presidência da República do general Humberto Delgado, e em 1971, a Renovação Portuguesa, o Movimento Popular Monárquico e a Liga Monárquica fundiram-se, formando a Convergência Monárquica, processo do qual resulta o Partido Popular Monárquico

São indissociáveis do PPM nomes como o de Rolão Preto, Henrique Barrilaro Ruas e Gonçalo Ribeiro Teles. Contudo, o PPM sempre será caraterizado pela sua

expressão diminuta, sendo que na primeira eleição para a Assembleia da República, em abril de 1976, obteve somente 0,52% dos votos, correspondendo a 28.320 eleitores. Este pequeno partido integrou ainda a Aliança Democrática (AD) formada por PSD e CDS.

#### **UDP**

Os movimentos e organizações de extrema-esquerda proliferaram logo após o 25 de Abril, contudo ficou marcada pela atomização que decorria tanto da sua radicalização como da sua reduzida dimensão. Importa considerar os movimentos marxistas-leninistas (M-L) que se afastaram do PCP devido às suas posições revisionistas, da mesma forma que é necessário destacar, em primeiro lugar, os movimentos que recusam o marxismo-leninismo, adotando posições mais próximas de setores mais conservadores e católicos progressistas; em segundo lugar, os movimentos e organizações de suporte ao poder popular, mais radicais, compreendendo comités de soldados e marinheiros, movimentos anticolonialistas e anarquistas, e tendo como figura de relevo Otelo Saraiva de Carvalho. É desta panóplia de movimentos e organizações que surge a União Democrática Popular (UDP), em dezembro de 1974, mais propriamente da fusão de três grupos marxistas-leninistas, a saber: o Comité de Apoio à Reconstrução do Partido Marxista-Leninista (CARP M-L), os Comités Comunistas Revolucionários Marxistas-Leninistas (CCR M-L), e a Unidade Revolucionária Marxista-Leninista (URML).

Em termos ideológicos, a UDP tinha um pendor fortemente maoista, afastando-se do modelo comunista que emergiu nos países da Europa central e de leste, subjugados pelo imperialismo soviético. Em abril de 1975 foi eleito um deputado para a Assembleia Constituinte, Américo Duarte, e em 1976, nas eleições para a primeira Assembleia Legislativa, foi eleito deputado Acácio Barreiros, com 1,7% dos votos, resultado que nas eleições de 1979 é sensivelmente mais satisfatório, ainda que com 2,2% dos votos a UDP apenas eleja um deputado, Mário Tomé, o que volta a acontecer em 1980, em que com 1,38% a UDP volta a eleger apenas um deputado, o último, pois em 1983 consegue somente 0,48% dos votos, sendo já de notar a acentuada bipolarização em torno do PS e do PSD. Ainda assim, em 1991 a UDP volta a ter representação parlamentar devido a um acordo com o PCP, a terceira força política, com 8,80% dos votos e com 37 deputados eleitos, levando novamente Mário Tomé à Assembleia da República.

Ainda em 1976, a UDP apoia fortemente a candidatura de Otelo Saraiva de Carvalho à Presidência da República, que chega a obter 16,5% dos votos, sinal claro do carisma do candidato e do consenso alargado nos círculos da extrema-esquerda devido ao destaque de Otelo durante os eventos do PREC.

A tradição ideológica da UDP, em convergência com outros movimentos críticos da experiência socialista soviética, leva à fusão, em 1998, de três partidos, a saber: a UDP, à altura liderada por Luís Fazenda; o PSR, de Francisco Louçã; e o Política XXI, de Miguel Portas. Esta fusão dá lugar, em 1999, ao Bloco de Esquerda.

#### MDP/CDE

O Movimento Democrático Português/Comissão Democrática Eleitoral (MDP/CDE) foi um movimento unitário de ideologia marxista e socialista que congregava vários partidos e organizações, surgindo como uma das mais importantes organizações políticas de oposição ao regime fascista do Estado Novo. A sua fundação remonta a 1969 e a 1973, às eleições de Marcelo Caetano, contudo é indissociável do Partido Comunista Português, constituindo uma das suas principais organizações vanguardistas. No período imediatamente seguinte ao 25 de Abril, além do PCP, integravam o MDP/CDE o Partido Socialista e o Partido Popular Democrático (Telo, 2007: 59). Assumiu posições extremadas, contrastando com o PCP, todavia conseguiu ganhar um número significativo de lugares em autarquias e na função pública, tendo sempre o apoio dos partidos que o constituíam. Após a saída do PS e do PPD do MDP/CDE, em meados de 1974, levantam-se muitas vozes contra a existência deste partido, porque a legalização dos partidos o esvaziava de sentido, contudo era tido como um "apêndice do PCP" (Idem: 60) junto das várias forças partidárias e até do MFA, constituindo um elemento essencial para retirar votos ao PS e ao PPD, pelo que Álvaro Cunhal se opõe firmemente à extinção do MDP/CDE.

Com a sua legalização enquanto partido, em agosto de 1974, e candidatura às eleições legislativas, o MDP/CDE vê o PS e o PPD cortarem definitivamente com a organização, sendo que nas eleições obtém apenas 4,1% dos votos e elege somente cinco deputados, resultado muito contrário ao esperado. Não obstante o fraco resultado, o MDP/CDE controla ainda muitas autarquias e a sua proximidade com o PCP é reforçada. No entanto, após os conturbados eventos do Verão Quente e as eleições autárquicas de 1976, o MDP/CDE vê-se afastado das autarquias, perdendo rapidamente o seu sentido político. A partir de 1976 coligou-se com o PCP, formando a Aliança Povo Unido (APU), mas em 1987, resultado de divergências com o PCP e com o processo de dissidências que surge nesta altura, o MDP/CDE já não participa na coligação eleitoral Coligação Democrática Unitária (CDU). Deu então lugar ao movimento Política XXI, esta que será uma das correntes fundadoras do Bloco de Esquerda.

# Partidos políticos: sociedade civil e comparações programático-ideológicoestatutárias

Partindo de um nível macroscópico, chegamos à ideia de que os partidos políticos portugueses professam a Democracia, tanto por via dos programas como por outras modalidades de comunicação. O ideário democrático constitui um elemento presente na génese dos partidos políticos com representação parlamentar. Todavia, não podemos colocar todos estes partidos num mesmo patamar no que respeita a considerações acerca do funcionamento da própria Democracia.

Adotando a análise introduzida por Ana Maria Belchior, retemos a ideia de que a esquerda tradicional, representada no nosso sistema de partidos pelo PS, consegue fazer valer os seus princípios e valores democráticos com maior ênfase comparativamente aos

partidos designados como Nova Esquerda, ou vulgarmente denominados como extremaesquerda. O PS "é um partido socialista estabelecido que no contexto partidário português evidencia maior adesão aos princípios e aos procedimentos democráticos" (Belchior, 2008: 148), ou seja, o PS reveste-se de maior plasticidade e adaptação às condições sociais e do ambiente que rodeia todo o processo político. No que respeita à massificação do eleitorado, o PS e o PSD dominam o cenário da representação parlamentar, sendo ambos portadores de um estilo idêntico.<sup>9</sup>

Estes dois partidos do centro apresentam uma democratização profunda relativamente à eleição do futuro líder. Este processo, bastante divulgado, permite influenciar, desde logo, a opinião popular, preponderante nos consequentes atos eleitorais. Analisando as formas de eleição do líder, no que respeita aos outros três partidos com representação parlamentar, evidenciamos processos díspares. Aqui, a Democracia pode apresentar-se algo distorcida. Por exemplo, o PCP procede à eleição do seu líder através de um colégio restrito, simplificando, reunido em Comité Central.

Apresentarão os programas políticos, as ideologias ou os respetivos estatutos influência no processo de adesão política? No nosso entender, os partidos ditos secundários, no palco parlamentar, apresentam um eleitorado específico, em que o campo ideológico detém uma preponderância fatal, sendo o eleitorado do centro um segmento de outra órbita. Assim, os partidos do centro, por via da sua dimensão e não só, apresentam uma maior probabilidade de angariar aderentes. Da prescrição teórica até ao campo prático, a volatilidade da atuação destes partidos é tremenda (*Idem*: 149). Os programas políticos e a própria ideologia de base constituem ferramentas maleáveis pelos partidos do centro, sendo que os estatutos são detentores de um compromisso permanente, assumindo a componente jurídica no interior dos partidos. Mas mesmo esta componente do jogo partidário pode assumir um caráter irregular de interpretação. A rigidez estatutária condiciona o aparelho partidário em todo o seu caráter decisório, enquanto uma flexibilidade partidária possibilita um maior arbítrio dos decisores no seio do partido. Como tal, "análises de documentos em que os partidos projectam, muitas vezes, não o que verdadeiramente são mas a imagem pública que desejam transmitir" (Ibidem) tem importância determinante para influenciar a decisão do eleitorado. Por vezes, a cultura enraizada num partido político torna indispensável a introdução de determinadas normas estatutárias. Vejamos o seguinte exemplo. Num determinado congresso do PSD, votou-se e validou-se a chamada "Lei da Rolha", algo bastante controverso. Por comparação, um partido político como o PCP, não detendo uma lei idêntica, esta apresenta-se autoevidente no seio deste partido.

Quanto à própria qualidade da Democracia, há problemas que se levantam, nomeadamente entre autores que concordam acerca do facto de que os partidos políticos enfrentam atualmente uma grave crise. A *erosão* da relação existente entre os governados (sociedade civil) e os governantes (Estado) evidencia, concretamente, o declínio da participação ativa e da militância, do consequente aumento dos cidadãos não filiados. Isto torna o eleitorado volátil, ao que acresce o sentimento *antipartidos* e a

<sup>&</sup>lt;sup>9</sup> Parece-nos evidente que existe uma certa cartelização destas duas forças políticas no sentido de partilharem os recursos estatais, pois analisando ambos os partidos percebemos que apresentam diferenças muito pouco significativas, apesar de, evidentemente, apresentarem algumas.

insatisfação quanto à representação e aos interesses que os governantes promovem ou protegem. A vida associativa e novos grupos e movimentos sociais surgem como alternativa ao atual modelo de representação, o que nutre a heterogeneidade de uma sociedade em constante mutação, devido a fatores internos e, sobretudo, externos, denotando o gradual crescimento da interdependência do sistema internacional.

Um problema essencial a ter em conta prende-se com uma questão que em muito perturba as considerações de politólogos e investigadores, ou seja, o facto de a militância e proximidade com os partidos estar em declínio e a inevitabilidade de um esvaziamento progressivo das suas funções primogénitas. Um subsistema do sistema político português, como o de partidos, poderia dessa forma perder a sua base de apoio popular, e essa redução considerável do número de cidadãos que preenchem os partidos encontrar-se-ia numa posição favorável no que toca à representação de interesses e de representação política. Ao mesmo tempo, e gradualmente, os cidadãos encontram noutros organismos acima referidos espaços onde se pretende que uma alternativa sustentável seja criada, colocando o enfoque na questão da representação de interesses legítimos e na possibilidade de exercer uma pressão sistemática sobre os poderes públicos. É assim que se levanta a questão da legitimidade dos partidos, pelo menos avaliando uma situação que tende a estar suscetível perante condicionalismos de variadíssimas tendências. O paradigma atual do sistema de partidos, enquanto mecanismo condicionado por determinadas condições, está também ele em mutação interna, porque não se pode crer que as dinâmicas da sociedade não afetam os partidos, obrigando-os a adaptarem-se ao ambiente que os envolve.

## Conclusão

Foi a partir de um exame pormenorizado ao sistema político português que procedemos, seguidamente, a uma análise mais detalhada, operando a nível do sistema de partidos. Numa primeira fase, enquadrámos os partidos historicamente, colocando o enfoque nos cinco partidos que atualmente têm representação parlamentar, atentando às especificidades que enumerámos para cada um dos referidos partidos. Depois de considerar essas especificidades próprias dos partidos, refletimos acerca da problemática da interação destes com a sociedade civil, numa tentativa de evidenciar uma relação que muitos autores consideram estar a degradar-se.

Privilegiámos a análise de uma bibliografia diversificada relativa a este assunto e, sustentados pelas visões convergentes ou divergentes dos autores, optámos por uma linha que enquadrasse os partidos na generalidade do sistema, ao invés de referir particularidades do órgão partidário. No último momento do trabalho, avançámos questões que entendemos pertinentes para a formação de uma perspetiva do funcionamento sistémico dos partidos e da importância da sua interação com os demais atores em Democracia. Bem clara fica a relação dos partidos dentro do sistema político, o que pode ser evidenciado quando analisada a relação institucional entre os partidos e o Estado no âmbito do financiamento desses organismos, uma vez que o Estado é a maior fonte de recursos dos partidos.

## Bibliografia

- Belchior, Ana Maria (2008), "Democracia nos partidos políticos portugueses", *Sociologia, Problemas e Práticas*, 58, pp. 131-154.
- Biezen, Ingrid van (1999), "Party financing in new democracies: Spain and Portugal", *Party Politics*, 6 (3), pp. 329-342.
- Carvalho, Manuel Proença de (2010), *Manual de Ciência Política e Sistemas Políticos e Constitucionais*, 3.ª ed., Lisboa, Quid Juris.
- Charlot, Jean (1974), Os Partidos Políticos, Lisboa, Parceria A. M. Pereira.
- Cotta, Maurizio (2008), *Democracia, Partidos e Elites Políticas*, Lisboa, Livros Horizonte.
- Duverger, Maurice (1985), Os Grandes Sistemas Políticos, Instituições Políticas e Direito Constitucional 1, 1.ª ed., Coimbra, Almedina.
- Fernandes, António José (2008), *Introdução à Ciência Política: Teorias, Métodos e Temáticas*, 1.ª ed., Porto, Porto Editora.
- Lisi, Marco (2011), Os Partidos Políticos em Portugal: Continuidade e Transformação, Coimbra, Almedina.
- Moreira, Adriano (2009), Ciência Política, 4.ª ed., Coimbra, Almedina.
- Pasquino, Gianfranco (2005), *Sistemas Políticos Comparados*, 1.ª ed., Cascais, Principia.
- Telo, António José (2007), *História Contemporânea de Portugal Do 25 de Abril à Actualidade*, vol. I, Lisboa, Ed. Presença.
- Webb, Paul (2005), "Political parties and democracy: the ambiguous crisis", *Democratization*, 12 (5), pp. 633-650.

# Webiliografia

http://educar.wordpress.com/2011/06/10/a-historia-do-bloco-de-esquerda-contada-por-um-dos-seus/ (acedido a 03/04/2012).

http://eleicoes.cne.pt/raster/index.cfm?dia=25&mes=04&ano=1976&eleicao=ar (acedido a 02/04/2012).

http://lusotopia.no.sapo.pt/indexPTPartidos.html (acedido a 03/04/2012).

http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/spp/n58/58a07.pdf (acedido a 26/03/2012).